



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	10. JAN. 1980
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Discurso de EANES «justifica» os governos da sua iniciativa

— considera AMARO DA COSTA

Um «animal político naturalmente optimista» que, ao inverso da imagem que dele as as pessoas eventualmente tenham, sente muito mais «um apelo interior não tanto para a tática como para projectos mais profundos de transformação da sociedade» — eis, em duas penas, como se define a si próprio o engenheiro Amaro da Costa, vice-presidente do CDS (partido com cujo «perfil histórico» se diz razoavelmente identificado) e actual ministro da Defesa (pasta que desde há muito tem vindo a ser ocupada exclusivamente por militares), na longa entrevista com que totalmente ocupa as páginas centrais do semanário «Povo Livre», órgão oficial do PSD, que Helena Roseta dirige.

Para além da defesa e exposição de teses e pontos de vista que já se conhecem deste parlamentar agora ministro, a entrevista em causa reveste-se do máximo interesse por constituir a primeira tomada de posição do VI Governo ao último e contestado discurso presidencial. «Nada em política acontece por acaso. O discurso do sr. Presidente da República teve o mérito de ser sincero. Julgo que constituiu uma justificação tendencialmente objectiva da fórmula de governo de iniciativa presidencial que quis adoptar anteriormente» — disse nomeadamente Amaro da Costa, «entalado» como está entre uma «política de não beligerância» para com o P. R., adoptada pelo Governo AD, e o descontentamento que o discurso de Eanes provocou quer no eleitorado da coligação governamental, quer nos próprios meios militares, junto dos quais o novo ministro da Defesa quer ser «mais porta-voz do Governo, do que a inversa».

O NOVO P.R. «IDEAL»:

«UM MILITAR DO ACTIVO DISPOSTO A PASSAR A RESERVA»

A escolha do candidato AD à Presidência da República (que Amaro da Costa, depois de recusar terminantemente a eventualidade de um apoio à recandidatura de Eanes, considerou ser «ideal» um «militar do activo disposto a passar à reserva»); as relações do Governo, e mais particularmente do Ministério da Defesa, com o Conselho da Revolução (que Amaro da Costa, «piadosamente», espera que sejam «pautadas por princípios construtivos, patrióticos e democráticos», abstenendo-se, no entanto, de «fazer considerações acerca dos projectos políticos próprios dalgum Conselheiro da Revolução», e a necessidade de as Forças Armadas, depois da revisão constitucional, dependerem exclusivamente do Governo, através do Ministério da Defesa — são três outras questões «castrenses» largamente abordadas na entrevista.

Outra questão que não deixou de vir à liça, prende-se com a necessária e prometida revisão constitucional a realizar, o mais tardar, pela próxima Assembleia da República, que terá poderes constitucionais, e que — segundo Amaro da Costa — «provavelmente só no final da primeira sessão legislativa estará em condições de ser publicada».

E dissémos «o mais tardar», porque a própria Helena Roseta, que conduziu a entrevista, pôs em tempos a hipótese de se vir a alterar a Constituição através de um referendo que dê, desde já, poderes constitucionais ao

Parlamento agora em funções. Sobre a questão, possivelmente por a AD não possuir ainda os dois terços necessários para votar qualquer modificação, Amaro da Costa aceita que esta utilização do referendo «se pode considerar como contrária à letra da Constituição», embora aponte como «um instrumento jurídico fundamental para o país» a aprovação na Assembleia de uma lei-quadro do referendo, que é constitucional e servirá para resolver problemas que possam surgir, «relacionados com a moral, com a consciência da cidadania, ou com opções estratégicas delicadas, como é o caso da questão nuclear ou outras».

AFEGANISTÃO:

COMPORTEAMENTO DA URSS DETERMINARÁ REACÇÕES DO GOVERNO

A invasão soviética do Afeganistão — cuja condenação pública e expressa constituiu a primeira acção do recém-empossado VI Governo — foi naturalmente uma questão posta ao ministro da Defesa que, fazendo notar «que ela se verificou escassas semanas depois da decisão da NATO de não mais aceitarem uma imposição unilateral de armas estratégicas pelo Pacto de Varsóvia, ameaçando o continente europeu», acrescentou: «Dá para pensar o facto de logo depois dos ministros da NATO se terem decidido a favor da instalação de mísseis com ogivas nucleares no continente europeu ocidental, como resposta ao mísseis SS-20 e aos aviões Backfire da URSS, acontecer este incidente, que sugere imediatamente uma relação de causa e efeito».

Apontando, ainda, a «impaciência e a sofreguidão» com que esta invasão se realizou, o que demonstraria bem o alto interesse estratégico da que se reveste, Amaro da Costa não adiantaria, no entanto, que futuras posições e medidas iria tomar, sobre o assunto, o Governo de que faz parte, limitando-se a dizer: «Do modo como reagir a URSS à consciência internacional a às atitudes que os vários governos vão tomando pelo mundo fora, deverá o Governo Português extrair as suas próprias ilações. Só perante o comportamento, no futuro próximo, da URSS, é que o Governo Português pode procurar outras formas de exprimir o seu desagrado.»